

sou a gravitar a Universidade de Coimbra. Ao mesmo tempo, na pregação do próprio Pombal já se insinuava a possibilidade da política e da moral científicas, por ele batizadas de "economia do Estado e aritmética política". De sorte que foi a defesa expressa dessa possibilidade, efetivada por Comte, que impressionou a elite técnica da época imperial.

Exemplo sintomático de que a adoção dos postulados comteanos se deu na medida estrita em que coroa a herança pombalina nos é dado por Benjamin Constant (1883-1891). Principal artífice do movimento militar que derrubou a monarquia, tendo pertencido à Sociedade Positivista que deu base à formação da Igreja, em dois pontos cruciais voltou as costas a Comte, permanecendo fiel à tradição cientificista luso-brasileira. Ei-los: 1) Comte entendia que as Forças Armadas deveriam ser transformadas em simples milícias civis. Na pregação de Benjamin Constant, a elite militar torna-se uma espécie de porta-voz da Nação; e 2) na reforma educacional abandona o princípio comteano que atribuía a educação ao poder espiritual e estende a ingerência do Estado, vale dizer, do poder temporal, que alcança agora, além do ensino superior, igualmente o primário e o secundário.

Logo no começo da República surge outra evidência de que o positivismo deveria adaptar-se às nossas tradições e não o contrário, como imaginava o Apostolado Positivista que, por isto mesmo, clamará em vão pela pureza da doutrina.

A "ditadura republicana" de Comte não é aceita por Benjamin Constant. Vem a Constituinte

Pretendeu o Apostolado dilatar o período ditatorial do primeiro governo republicano, cerrando fileiras contra os propósitos constitucionais de Rui Barbosa (1849-1923). Tudo leva a crer que a questão seria decidida em favor da Assembleia Constituinte por Benjamin Constant, que fora aconselhado a dar esse passo por Pierre Laffite (1823-1903), chefe da Igreja Positivista Francesa, com quem Miguel Lemos se incompatibilizara. A correspondência entre Benjamin Constant e Laffite foi publicada por Ivan Lins (*História do Positivismo no Brasil*, 2.^a edição, págs. 645-648).

Na Constituinte venceram os liberais. As propostas do Apostolado, tendentes a consagrar a ditadura republicana, foram rejeita-

das. Os documentos desse evento são hoje acessíveis ao grande público graças à iniciativa editorial da Universidade de Brasília e da Câmara dos Deputados, ao publicar a antologia *O Apostolado Positivista e a República*.

Essa derrota parece ter sido muito importante para os destinos do positivismo no Brasil, porquanto evidenciava a inviabilidade do simples *pastiche* das regras fixadas por Comte. Essa lição seria aprendida por Júlio de Castilhos (1860-1903), que saiu como homem forte da guerra civil republicana no Rio Grande do Sul e governou o Estado até 1898. Castilhos elaborou uma Constituição positivista e toda a legislação subsequente: lei eleitoral; estatuto do Judiciário; lei de responsabilidade do primeiro mandatário etc. Em síntese, eliminava-se o Poder Legislativo. A elaboração das leis passava a ser função do Executivo. Elegia-se uma Assembleia com a exclusiva atribuição de elaborar o orçamento e fiscalizar sua execução. Graças a isto, instaurou-se no Rio Grande uma autêntica República Positivista.

Com Vargas, discípulo de Castilhos, o positivismo sobe ao poder e surge a legislação trabalhista

Ao longo da República Velha perpetuou-se no poder Borges de Medeiros (1864-1961), que seria sucedido por Getúlio Vargas (1893-1954). A este é que caberia transplantar para o plano nacional a experiência castilhista, adaptando-a à nova circunstância.

Durante a República Velha vigorou a prática autoritária, vale dizer: mantinham-se as instituições liberais mas não havia sistema representativo autêntico, sendo a chamada "política de governadores" acordo entre as oligarquias estaduais. Interrompeu-se o processo de democratização das instituições liberais, que se vinha verificando na Europa, secundado no Brasil. Em sua fase inicial, o sistema liberal só atribuía o direito de fazer-se representar à classe proprietária exigindo-se certo nível de renda para votar e ser votado (a isto se denominava *censo*). O sufrágio universal é coisa deste século. Mas as reformas inglesas eliminaram o monopólio da representação pelas elites rurais e permitiram o acesso das camadas urbanas. No Brasil, a Lei Saraiva de 1881 dispensou da prova de renda significativos contingentes das mesmas camadas urbanas. Nas eleições desse últi-

mo decênio, o Partido Liberal identificava-se com a opinião das cidades.

A elite republicana identificava o poder do Parlamento com o sistema monárquico. Em decorrência desse entendimento o problema da representação seria minimizado. Aqui é que a contribuição do positivismo, na versão que lhe deu o castilhismo, assumiria particular relevância.

A doutrina liberal amadurecida afirma que a representação é de interesses. A experiência das democracias ocidentais consolidou instituições garantidoras da coexistência de tais interesses, sem o recurso à guerra civil. Na espécie, a prática autoritária de nossa República louvava-se de formulações vagas, a exemplo da que afirma ser o governo de todo o povo ou que as eleições têm lugar para fixar a média das opiniões. O castilhismo pôs fim a tais imprecisões. Segundo essa doutrina, o poder é uma questão de competência. Assim como na Idade Média o poder provinha de Deus e, no sistema liberal, da representação, agora "o poder vem do saber". E quem "sabe" pode tutelar a sociedade. Assim, o castilhismo facultou à elite republicana a doutrina que lhe faltava. Por isto mesmo é a corrente ascendente ao longo da República Velha e empolga o poder com a Revolução de 30.

Em que pese o desfecho, o castilhismo era um "cientificismo retórico", tendente apenas a manter o *status quo*. Getúlio Vargas e o grupo que Veloz Rodriguez denomina de segunda geração castilhista é que lhe da-

riam um conteúdo. A nova plataforma vai consistir na legislação trabalhista (que consagra o dogma comteano da "incorporação do proletariado à sociedade moderna") e na promoção do desenvolvimento econômico.

Outro grande feito do positivismo consiste em ter logrado enquadrar o marxismo. O principal fruto dessa corrente no país é a versão positivista do marxismo, da lavra dos professores Leônidas de Rezende (1889-1950) e João Cruz Costa (1904-1978), que teve oportunidade de estudar na *História das Idéias Filosóficas no Brasil*. A maioria das teses que circulam com o rótulo marxista provém na verdade do arsenal positivista.

Assim como o século XIX de nossa História seria liberal, em decorrência da qualidade dos homens que nos familiarizaram com essa doutrina — entre os quais destacaria Silvestre Pinheiro Ferreira, Paulino José Soares e Pimenta Bueno —, o século XX assumiria feição autoritária pela tempera dos líderes positivistas, como Benjamin Constant, Júlio de Castilhos e Getúlio Vargas. Souberam mobilizar elementos fortemente arraigados na cultura luso-brasileira. A elite liberal do último período não esteve à altura de suas responsabilidades históricas, entre outras coisas por ter voltado as costas à tradição do período imperial. No fundo, não conseguiu desprender-se do cientificismo.

Conta em favor dos partidários da idéia liberal, en-

tre os quais me incluo, o fato de que o autoritarismo republicano, prestes a completar um século de existência, jamais foi capaz de propiciar estabilidade política ao país. Esta só pode resultar do subsequente aprimoramento da representação. A próxima introdução do voto distrital talvez venha a se constituir em autêntico marco de um novo ciclo, sobretudo se for secundada, como se espera, pela formação de correntes de opinião estruturadas em torno de plataformas nucleares e aglutinadoras.

Antônio Paim, professor universitário, integra o Departamento de Filosofia da Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro. Estudioso da filosofia brasileira e de nosso pensamento político, é autor de vários livros dedicados a estes temas, destacando-se a *História das Idéias Filosóficas no Brasil*.

Rodolfo Zalla, ilustrador de livros didáticos. Especialista em "comics", trabalhando no Brasil e no Exterior.



O positivismo, considerado por Comte a **Religião da Humanidade**, estendeu sua influência bem além da Proclamação, ultrapassando a Revolução de 30.